

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	62
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	300.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>300.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	1.375.986	1.299.727
1.01	Ativo Circulante	1.068.332	888.176
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	143.848	98.933
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.062	200
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.062	200
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.062	200
1.01.03	Contas a Receber	231.420	133.739
1.01.03.01	Clientes	216.491	120.076
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes - Cartões de créditos	216.491	120.076
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.929	13.663
1.01.03.02.01	Convenios a Receber	14.145	12.826
1.01.03.02.02	Comissões a Receber	784	837
1.01.04	Estoques	635.348	605.778
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.382	5.124
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.382	5.124
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.284	6.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.988	38.107
1.01.08.03	Outros	41.988	38.107
1.01.08.03.01	Arrecadação de Recursos de Terceiros	12.283	14.562
1.01.08.03.02	Adiantamento a Terceiros	5.192	8.876
1.01.08.03.04	Outros Créditos	12.968	8.678
1.01.08.03.07	Operações com derivativos	11.545	5.991
1.02	Ativo Não Circulante	307.654	411.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.214	168.209
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.839	1.778
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.839	1.778
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.482	14.404
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.482	14.404
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	258	17
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	17.849	144.464
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	17.849	144.464
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.786	7.546
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.730	6.507
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.056	1.039
1.02.03	Imobilizado	255.203	227.116
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	255.203	227.116
1.02.04	Intangível	16.237	16.226
1.02.04.01	Intangíveis	16.237	16.226

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	1.375.986	1.299.727
2.01	Passivo Circulante	651.077	551.030
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.579	37.704
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.579	37.704
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	53.579	37.704
2.01.02	Fornecedores	239.268	261.622
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	239.268	261.622
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.304	39.452
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.823	13.150
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	383	144
2.01.03.01.03	IRRF	974	2.500
2.01.03.01.04	INSS	6.960	7.486
2.01.03.01.05	FGTS	1.913	2.419
2.01.03.01.06	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	593	601
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	31.769	25.505
2.01.03.02.01	ICMS	31.418	25.279
2.01.03.02.02	Outros impostos	351	226
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	712	797
2.01.03.03.01	ISS	501	410
2.01.03.03.02	Contribuição Sindical	211	387
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.452	152.546
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	160.478	106.584
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	160.478	106.584
2.01.04.02	Debêntures	89.974	45.962
2.01.05	Outras Obrigações	64.474	59.706
2.01.05.02	Outros	64.474	59.706
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.300	10.975
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	12.757	0
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	28.743	37.896
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	11.674	9.568
2.01.05.02.08	Operações com derivativos	0	1.267
2.02	Passivo Não Circulante	374.761	420.717
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	371.168	416.773
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	200.092	202.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	200.092	202.000
2.02.01.02	Debêntures	171.076	214.773
2.02.04	Provisões	3.593	3.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.593	3.944
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	3.593	3.944
2.03	Patrimônio Líquido	350.148	327.980
2.03.01	Capital Social Realizado	220.000	220.000
2.03.04	Reservas de Lucros	74.746	107.671
2.03.04.01	Reserva Legal	16.001	16.001
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	58.745	58.744
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	32.926
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	55.138	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	264	309

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	889.736	1.698.081	785.158	1.555.802
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-639.982	-1.207.615	-557.194	-1.111.293
3.03	Resultado Bruto	249.754	490.466	227.964	444.509
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-186.847	-377.069	-166.459	-328.619
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.845	-32.546	-14.926	-29.528
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-171.776	-345.348	-151.761	-300.745
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.172	2.128	536	2.185
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-398	-1.303	-308	-531
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.907	113.397	61.505	115.890
3.06	Resultado Financeiro	-25.346	-45.215	-19.746	-42.255
3.06.01	Receitas Financeiras	12.389	18.875	6.465	9.086
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.735	-64.090	-26.211	-51.341
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.561	68.182	41.759	73.635
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.799	-13.089	-9.147	-15.848
3.08.01	Corrente	-2.948	-7.167	-5.675	-10.711
3.08.02	Diferido	-3.851	-5.922	-3.472	-5.137
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.762	55.093	32.612	57.787
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.762	55.093	32.612	57.787
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10000	0,18000	0,14000	0,26000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,10000	0,18000	0,14000	0,26000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	30.762	55.093	32.612	57.787
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.762	55.093	32.612	57.787

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-51.404	-14.283
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	113.871	110.331
6.01.01.01	Lucro líquido do período	55.093	57.787
6.01.01.02	Depreciação e amortização	22.340	16.843
6.01.01.03	Capitalização dos juros	-1.710	-404
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos tomados	13.908	15.801
6.01.01.05	Perdas com operações de Swap	-6.917	-3.041
6.01.01.06	Variação cambial	7.712	4.769
6.01.01.07	(Reversão) da provisão para contingências	-351	-117
6.01.01.08	Impostos de renda e contribuição social corrente	7.167	10.711
6.01.01.09	Impostos de renda e contribuição social diferido	5.922	5.137
6.01.01.11	Juros sobre emissão de debêntures	10.458	2.786
6.01.01.12	Realização do custo de captação da emissão de debêntures	249	59
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-142.147	-89.554
6.01.02.01	(Aumento) redução em arrecadação de recursos de terceiros	2.279	-2.014
6.01.02.02	(Aumento) em contas a receber de clientes	-97.681	-16.233
6.01.02.03	(Aumento) em adiantamento a terceiros	3.684	-1.693
6.01.02.04	(Aumento) nos estoques	-29.570	-6.830
6.01.02.05	(Aumento) redução nos impostos a recuperar	519	-482
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	-4.307	-2.299
6.01.02.07	(Aumento) em despesas antecipadas	-230	-163
6.01.02.08	(Redução) em fornecedores	-22.354	-91.695
6.01.02.09	Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	-3.307	439
6.01.02.10	Aumento (redução) em programa de recuperação fiscal - REFIS	-8	9
6.01.02.11	Aumento em salários e férias a pagar	15.875	21.878
6.01.02.12	Aumento (redução) em arrecadação de recursos de terceiros	-9.153	9.115
6.01.02.13	Aumento em outras contas a pagar	2.106	414
6.01.03	Outros	-23.128	-35.060
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	0	-10.796
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Juros	-12.736	-24.264
6.01.03.03	Pagamento de empréstimos tomados - Juros Debêntures	-10.392	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	66.566	-102.954
6.02.01	Empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	-12.402	-64.494
6.02.02	Liquidações de empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	132.619	21.175
6.02.03	Liquidações de empréstimos tomados junto a partes relacionadas	0	-119
6.02.04	Aquisição em outros investimentos	-4.923	0
6.02.05	Alienação em outros investimentos	0	7
6.02.06	Aquisição de imobilizado	-47.434	-55.277
6.02.07	Alienação de imobilizado	0	17
6.02.08	Aquisição de intangível	-1.294	-4.263
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.753	195.622
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	88.000	134.598
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-44.802	-187.417

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.03.03	Pagamento de arrendamento mercantil	0	-164
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-13.445	-9.387
6.03.05	Emissão de debêntures	0	257.992
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	44.915	78.385
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	98.933	19.309
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	143.848	97.694

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	220.000	0	107.671	0	309	327.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	0	107.671	0	309	327.980
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-32.926	0	0	-32.926
5.04.06	Dividendos	0	0	-32.926	0	0	-32.926
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.138	-45	55.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.093	0	55.093
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	45	-45	0
5.07	Saldos Finais	220.000	0	74.745	55.138	264	350.147

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.000	0	-95.671	0	0	-15.671
5.04.01	Aumentos de Capital	80.000	0	-80.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.671	0	0	-15.671
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.831	-44	57.787
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.787	0	57.787
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	44	-44	0
5.07	Saldos Finais	220.000	0	11.192	57.831	355	289.378

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
7.01	Receitas	1.700.215	1.557.987
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.698.081	1.555.802
7.01.02	Outras Receitas	2.134	2.185
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.339.207	-1.223.110
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.207.615	-1.111.293
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-131.592	-111.817
7.03	Valor Adicionado Bruto	361.008	334.877
7.04	Retenções	-22.322	-16.843
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.322	-16.843
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	338.686	318.034
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.875	9.086
7.06.02	Receitas Financeiras	18.875	9.086
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	357.561	327.120
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	357.561	327.120
7.08.01	Pessoal	186.553	154.763
7.08.01.01	Remuneração Direta	160.065	133.612
7.08.01.02	Benefícios	14.660	11.204
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.828	9.947
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.513	55.494
7.08.02.01	Federais	35.345	53.262
7.08.02.02	Estaduais	1.075	527
7.08.02.03	Municipais	2.093	1.705
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.402	59.076
7.08.03.01	Juros	31.893	21.106
7.08.03.02	Aluguéis	45.509	37.970
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.093	57.787
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.093	57.787

# Divulgação de Resultados 2T13

Fortaleza, 14 de agosto de 2013. Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, e que leva saúde a mais de 200 municípios brasileiros, anuncia seus resultados referentes ao 2º trimestre de 2013 (2T13).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais encontram-se em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), tendo sido revisadas por nossos auditores independentes (KPMG). Os demonstrativos são apresentados em reais, as taxas de crescimento na base trimestral, comparadas com o mesmo período de 2012.

## Principais Destaques

- **Novas lojas:** Foram abertas 17 lojas ao longo do 2º trimestre, totalizando 616 lojas ao final do período
- **Receita Bruta:** R\$ 930 milhões no 2T13, crescimento de 14,4% em relação ao 2T12
- **Margem Bruta:** 26,9% no 2T13, retração de 1,19% em relação ao 2T12
- **EBITDA:** R\$ 74,5 milhões no 2T13, variação positiva de 6,0% em relação ao 2T12
- **Margem EBITDA:** 8,0% no 2T13, retração de 0,6% frente ao 2T12
- **Lucro Líquido:** R\$ 30,8 milhões no 2T13, com margem sobre a Receita Bruta de 3,3%.

Destaques Financeiros (em R\$ mil)	2T12	2T13	T / T
<b>Receita Bruta</b>	<b>812.990</b>	<b>930.326</b>	14,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>227.964</b>	<b>249.754</b>	9,6%
Margem Bruta	28,04%	26,85%	-1,2%
<b>EBITDA</b>	<b>70.203</b>	<b>74.461</b>	6,1%
Margem EBITDA	8,64%	8,00%	-0,6%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>32.612</b>	<b>30.762</b>	-5,7%
Margem Líquida	4,01%	3,31%	-0,7%

Destaques Operacionais	2T12	2T13	T / T
<b># de Lojas fim do período</b>	531	616	85
<b># Atendimentos</b>	<b>19.844.595</b>	<b>21.753.674</b>	9,6%
<b>Ticket Médio (em R\$)</b>	40,8	42,7	4,7%

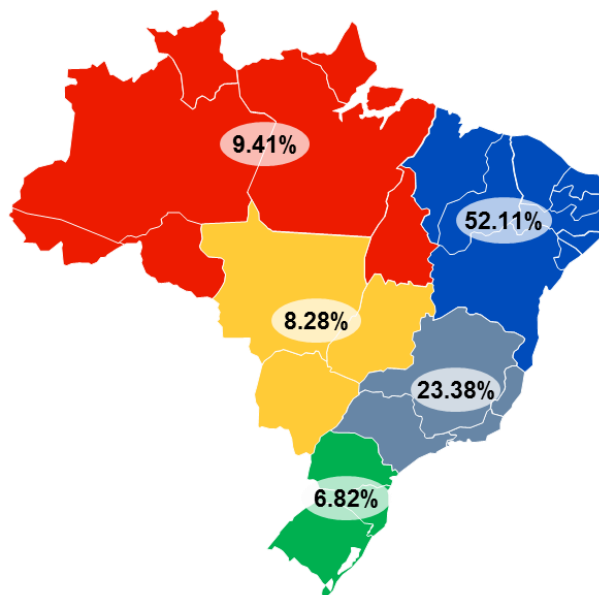
## Única Plataforma Nacional

Encerramos o 2T13 com 616 lojas em operação. Foram inauguradas 17 lojas ao longo do trimestre, sendo duas transferências, destacamos a entrada em 4 novos municípios, estendendo nossa presença a 215 cidades. Nos últimos 12 meses, foram abertas 85 novas lojas, todas por meio de crescimento orgânico.

Um novo Centro de Distribuição, em Jaboatão dos Guararapes (PE), entrará em operação em meados de outubro do ano corrente, enquanto o Centro de Distribuição de Hidrolândia (GO), que apresenta 85% dos serviços concluídos, deverá iniciar em 2014.

Região Norte	
Estado	Lojas
AC	4
AM	10
AP	4
PA	23
RO	8
RR	3
TO	6
<b>Total:</b>	<b>58</b>

Região Centro-Oeste	
Estado	Lojas
DF	11
GO	21
MS	11
MT	8
<b>Total:</b>	<b>51</b>

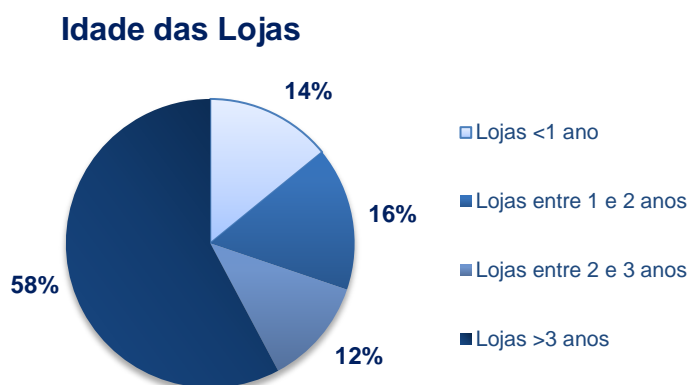
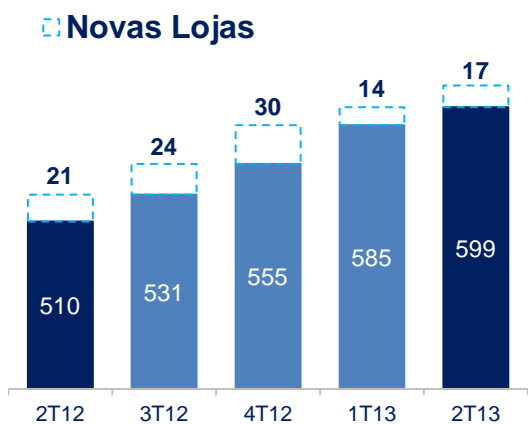


Região Nordeste	
Estado	Lojas
AL	14
BA	50
CE	110
MA	28
PB	21
PE	46
PI	17
RN	24
SE	11
<b>Total:</b>	<b>321</b>

Região Sudeste	
Estado	Lojas
ES	13
MG	37
RJ	31
SP	63
<b>Total:</b>	<b>144</b>

Região Sul	
Estado	Lojas
PR	17
RS	10
SC	15
<b>Total:</b>	<b>42</b>

Em 30 de junho de 2013, possuíamos 42% de nossas lojas em estágio de maturação e 58% de lojas maduras – com mais de 3 anos (gráfico *abaixo*). Ao longo do trimestre, foram reformadas 7 lojas de acordo com o novo *layout* padrão. Hoje, estão em construção 40 novas lojas, sendo 16 delas em municípios onde ainda não estávamos presentes.



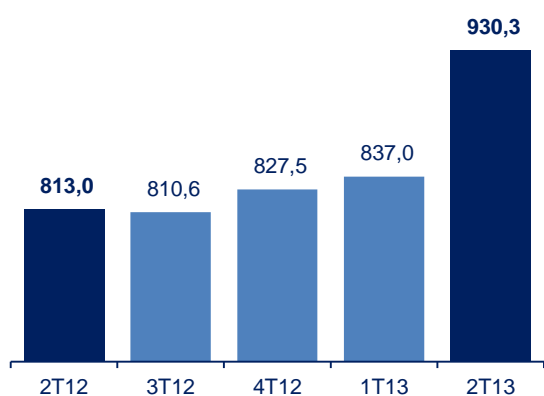
## Receita Bruta de Vendas

No segundo trimestre, alcançamos Receita Bruta de R\$ 930 milhões, um incremento de 14,4% em relação ao mesmo período de 2012, quando faturamos R\$ 813 milhões. Importante ressaltar a contundente reversão da tendência de queda das vendas de mesmas lojas (*Same Store Sales*), impactadas principalmente pela normalização do nível de serviço do Centro de Distribuição de Fortaleza, o que resultou em alta de 7,3%.

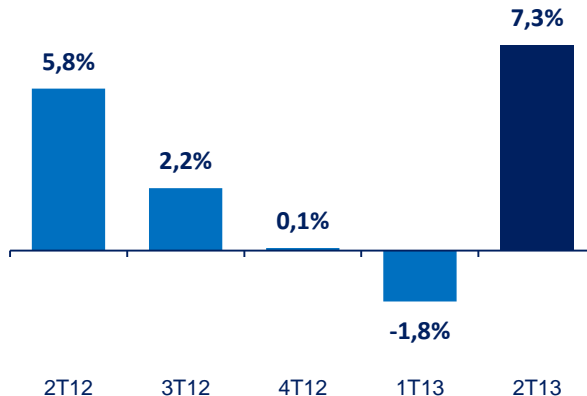
O efeito calendário foi positivo, já que tivemos uma data atípica para a Páscoa que ocorreu em março, e adicionou um dia útil à base de comparação. Porém, com abrangência limitada pelos feriados nas cidades-sede da Copa das Confederações e, principalmente, em Fortaleza, onde duas datas tiveram ponto facultativo.

O ano de 2013 segue, ainda, pressionado pela evolução da base de lojas. À medida que o patamar de novas inaugurações se estabiliza e a base se torna maior, a comparação entre o número de lojas em maturação ante o ano anterior carrega um efeito marginalmente inferior – cujo *rampup* é maior em termos absolutos – no crescimento total. No segundo trimestre, o avanço de 32,0% da base em amadurecimento representa menos da metade do salto de um ano antes, quando fora de 84,5%. Além disso, a quantidade de lojas novas – com menos de 1 ano – foi 9,4% menor do que no mesmo período de 2012.

### Receita Bruta R\$ MM

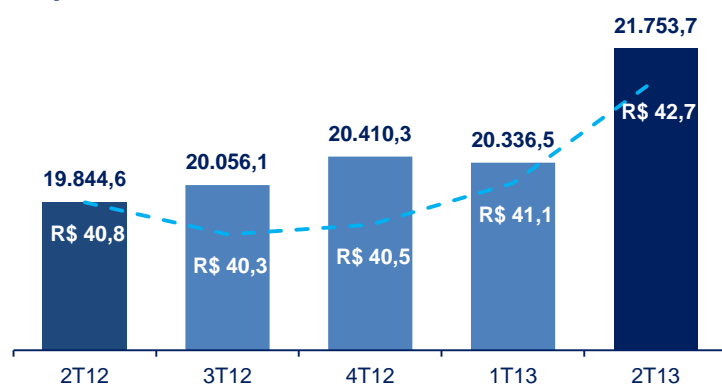


### Same Store Sales



O crescimento da Receita Bruta foi resultado (i) da elevação de 4,7% do ticket médio, que passou de R\$ 40,8 no 2T12 para R\$ 42,7, principalmente pelo reajuste de medicamentos; assim como, do (ii) maior número de cupons faturados que aumentaram 9,6% ante um ano antes, diante de um menor índice de ruptura nas lojas.

### Cupons Milhares x Ticket Médio R\$



Dado que o nível de serviço do nosso Centro de Distribuição já se encontra normalizado e que nosso crescimento de vendas de mesmas lojas está regularizado, confiamos que o crescimento anual da Receita Bruta retornará a níveis historicamente superiores ao da ABRAFARMA, como vivenciamos até 2011.

### Lucro Bruto e Margem Bruta

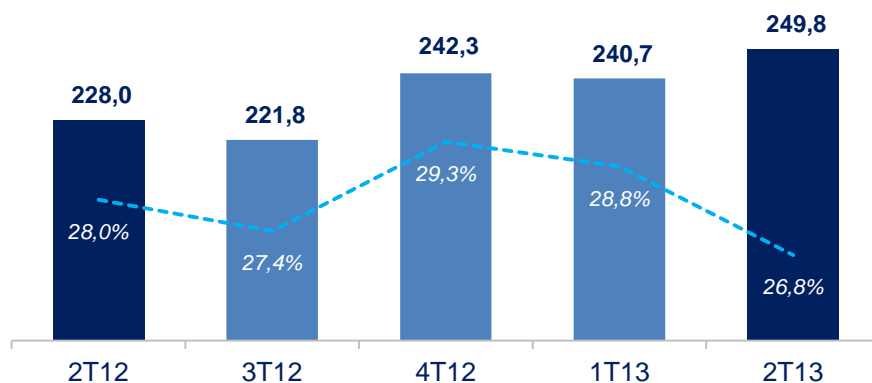
Nosso lucro bruto totalizou R\$ 249,8 milhões, expansão de 9,6% frente ao 2T12, fruto de uma retomada do *Same Store Sales* (Venda de Mesas Lojas) (7,4%) e crescimento de vendas nas lojas maduras (4,7%) refletindo os melhores níveis de serviço após um segundo semestre de modernização no nosso Centro de Distribuição.

Em 28 de dezembro de 2012 o governo federal publicou a Medida Provisória Nº 601, alterando a sistemática de encargos trabalhistas para diversos setores do varejo, construção civil, entre outros, instituindo a contribuição de 1% sobre a receita bruta, ante a sistemática de 20% sobre a folha de pagamento, desoneração que entrou em vigor a partir de 1º de abril de 2013. No entanto, a MP foi suspensa mediante o Ato Declaratório 36, de 5 de junho de 2013, pois seu prazo para tramitação perante o Congresso Nacional expirou. Desta forma, o prazo de vigência da MP 601 foi encerrado em 03 de junho de 2013.

Em 11 de julho de 2013 o Congresso aprovou a Medida Provisória 610, agora convertida em lei (12.844), que restabeleceu a desoneração para diversos setores do varejo até 31 de dezembro de 2014, porém não incluiu o varejo farmacêutico. A Companhia aguarda o resultado das discussões da ABRAFARMA (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias) com as autoridades federais buscando o retorno do varejo farmacêutico como no texto original de 28 de dezembro de 2012. Caso as discussões não obtenham êxito, teremos um efeito negativo de 6,3 milhões de reais que serão compensados no decorrer do segundo semestre de 2013.

Mesmo com um ambiente mais desafiador e competitivo, dado ao cenário macroeconômico, aumento de concorrência em algumas praças e mudanças de políticas comerciais de alguns de fornecedores, mantivemos uma margem bruta ajustada de 27,8% próxima a do 2T12 de 28,0%, quando desconsideramos o efeito de *1 ponto percentual* da mudança na sistemática de encargos trabalhistas, classificados como deduções de venda..

### Lucro Bruto R\$ MM

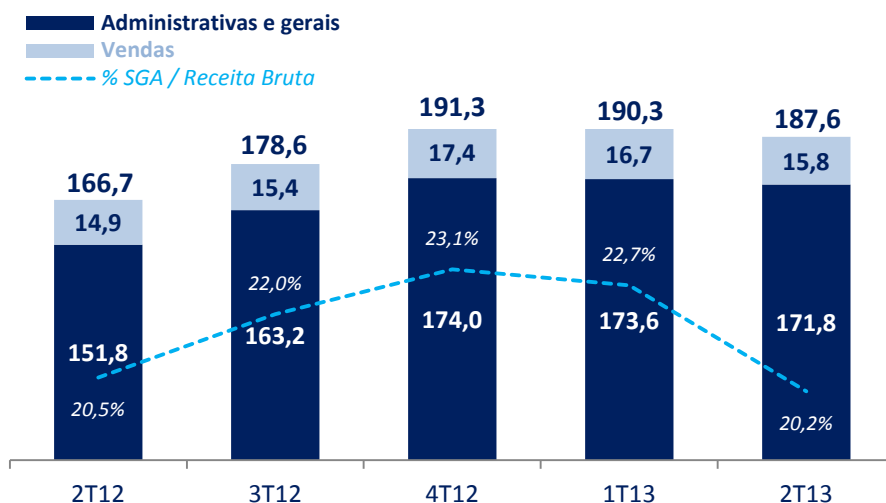


### Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

No 2T13, as **Despesas com vendas** cresceram 6,2% frente ao 2T12, totalizando R\$ 15,8 milhões, equivalente a 1,7% da Receita Bruta, o que representou um efeito diluição de 0,1% frente ao mesmo período de 2012, uma vez que as contas de veiculação, publicidade e produção (6,3%) e taxas de administração de operadoras de cartão de crédito (10,2%), mesmo com o incremento de 0,3% do mix de pagamento, subiram menos que a receita.

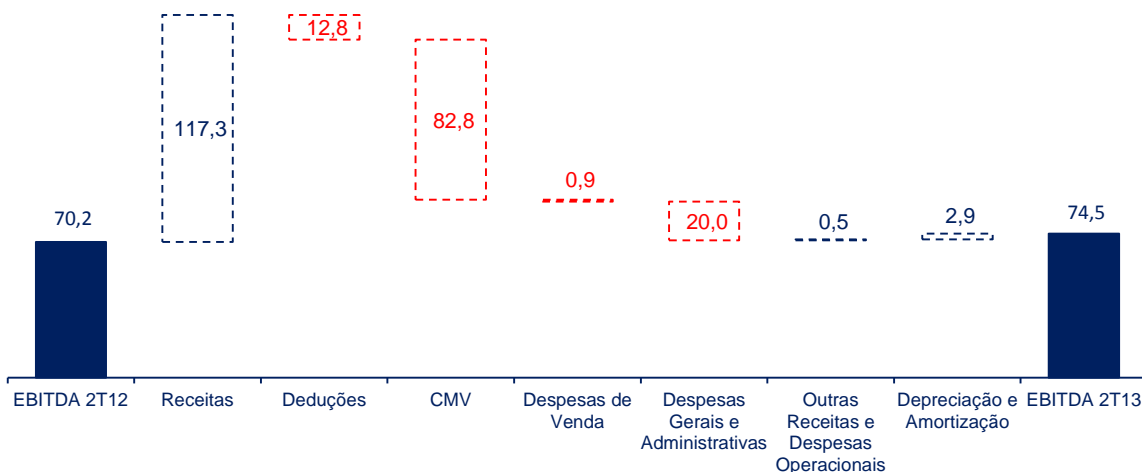
Já as **Despesas Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 171,8 milhões, incremento de 13,2% quando comparadas ao 2T12, equivalente a 18,5% da Receita Bruta. O efeito diluição de 0,2% foi justificado pela nova sistemática do cálculo de encargos trabalhistas, que por sua vez resultou em um incremento menor de despesas com pessoal (7,1%), bem como adespesa com utilidade (3,5%) que cresceu menos que a receita, que mesmo com o incremento de despesas de aluguel, dada à maturação das lojas, ainda assim, tivemos um ganho (diluição) sobre a receita bruta.

Consequentemente, o nosso SG&A apresentou incremento de 12,6% em relação ao 2T12, totalizando R\$ 187,6 milhões. Mesmo com a abertura das 87 novas lojas ao longo dos últimos doze meses, e suas despesas pesarem frente a um faturamento ainda em processo de maturação, estamos colhendo frutos do forte trabalho de produtividade e gestão matricial de despesas, com a participação efetiva de 11 gestores de pacotes no dia a dia da gestão da companhia.



### EBITDA e Margem EBITDA

Atingimos um EBITDA de R\$ 74,5 milhões, alta de 6,1% em relação ao 2T12, apresentando uma margem de 7,7% sobre a Receita Bruta no 2T13. O incremento das deduções de venda face à desoneração da folha, somado a uma pequena elevação do CMV, foi superior aos ganhos de diluição do SG&A, o que gerou uma margem EBITDA no 2T13 inferior ao do 2T12.

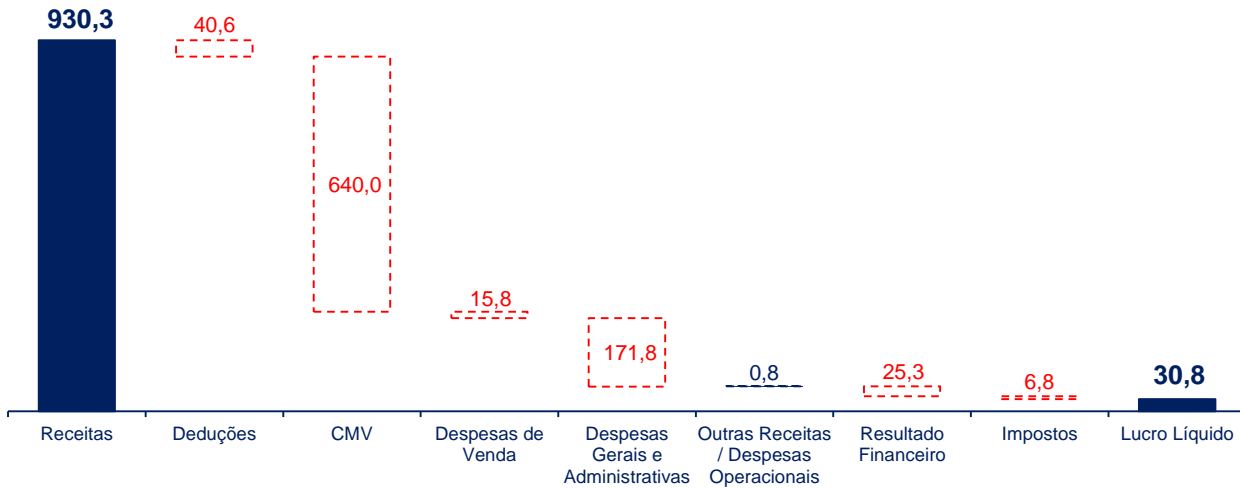


### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo atingiu R\$ 25,3 milhões, um incremento de 28,4% em comparação ao resultado financeiro do 2T12. Mesmo com uma queda do principal indexador de nosso passivo, a taxa DI, uma taxa acumulada no 2T12 de 2,09% contra um CDI acumulado no 2T13 de 1,79%, apresentamos aumento das despesas financeiras (44,0%), em virtude da elevação do endividamento da Companhia para fazer frente ao plano de expansão, provisionamento dos juros das debêntures (a operação de debêntures foi realizada em 18/05/12), além do efeito contábil e não caixas das operações de swap da Companhia. Paralelamente tivemos um incremento de 91,6% nas receitas financeiras proveniente da aplicação de parte dos recursos oriundos da emissão de debêntures e de recursos oriundo da liquidação de partes relacionadas ocorrida em maio.

## Lucro Líquido e Margem Líquida

Atingimos um lucro líquido de R\$ 30,8 milhões no 2T13, 5,7% menor que os R\$ 32,6 do 2T12. A margem líquida, por sua vez, saiu de 4,0% no 2T12 para 3,3% no 2T13, queda de 0,7%. No acumulado do semestre somamos um lucro líquido de R\$ 55,1 milhões.

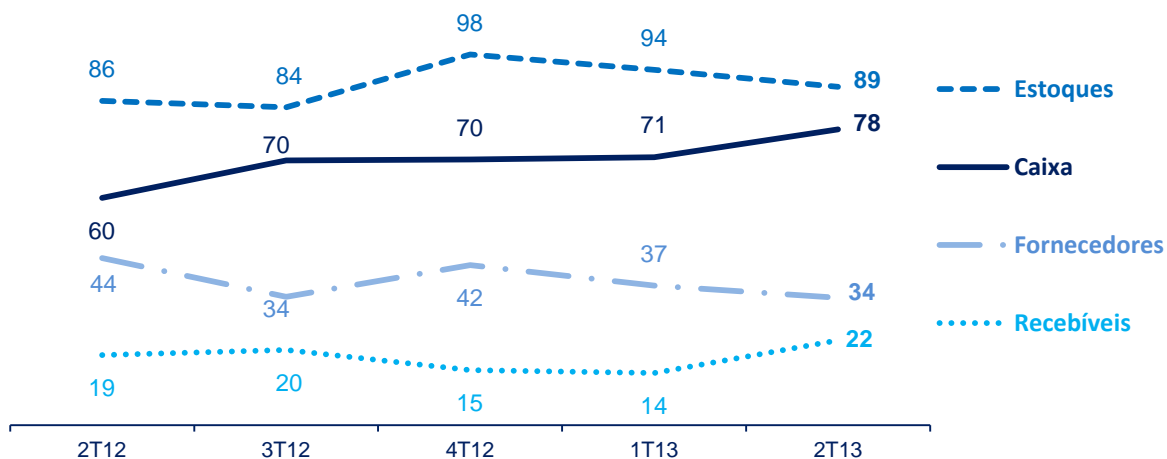


## Ciclo de Caixa

No 2T13 registramos um incremento de 18 dias em relação ao 2T12. O maior investimento em caixa decorreu, basicamente, da elevação dos níveis de recebíveis, uma vez que com caixa mais robusto, fruto do pagamento da conta de partes relacionadas, não foi efetuada nenhuma antecipação de recebível de cartão de crédito.

Quanto ao prazo médio de fornecedores, ocorreu uma queda de 10 dias frente ao mesmo período do ano anterior, em decorrência de uma maior pressão da indústria, em especial de genéricos, e também por termos realizado compras estratégicas que resultarão em melhores margens.

### Ciclo de Caixa



## Mercado de Capitais

O risco de um cenário de desaceleração global, diante da possível propagação do quadro recessivo europeu e um pior cenário de desaceleração da economia chinesa parece ter dado trégua na virada do semestre, mas provocou estragos na bolsa brasileira, cujo índice principal, Ibovespa, acumulou queda de 15,78% no trimestre. Também contribuíram para o desempenho do índice brasileiro, fatores

internos como as manifestações populares e o “Efeito Eike” que elevaram a percepção de risco do país, fato evidenciado pela alta de 43 pontos do *Credit Default Swap* do Brasil.

A Companhia e os Coordenadores da Oferta Pública Inicial de Ações da Empreendimentos Pague Menos S.A. decidiram manter o cronograma em aberto, sem data futura delineada. A despeito dessa postergação, o plano de expansão da companhia segue robusto. As obras do novo Centro de Distribuição, em Hidrolândia (GO), encontram-se avançadas e o forte ritmo de abertura de novas lojas prossegue inalterado.

### **Audidores Independentes**

A KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria ou diretamente relacionados à auditoria nos exercícios apresentados. Neste sentido a política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes.

As informações não financeiras da Pague Menos, bem como às expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

### **Declaração da Diretoria**

Os diretores de Empreendimentos Pague Menos S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2013 e do correspondente período comparativo.

Fortaleza, 14 de agosto de 2013.

### **A Administração.**

## Notas Explicativas

# Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

## 1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia Aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em 21 de outubro de 2011.

## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os quais estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de agosto de 2013.

### b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as demonstrações financeiras do exercício findo em de 31 de dezembro de 2012.

### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 17 - Arrendamentos mercantis.

## Notas Explicativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste significativo dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 - Utilização de prejuízos fiscais.
- Nota Explicativa nº 19 - Provisões e contingências.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

#### e. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do período, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### f. Instrumentos financeiros

##### i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

##### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

##### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

## Notas Explicativas

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e outros créditos.

### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

### Arrecadação de recursos de terceiros

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no período da atividade de correspondente bancário, em média nos dois ou três últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

## ii. **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

## iii. **Capital social**

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de dividendos a serem distribuídos são classificados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

## iv. **Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de

## Notas Explicativas

crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

### g. **Contas a receber de clientes e outros créditos**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustadas ao valor presente em função do julgamento da Administração não considerar aplicável. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

### h. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição dos bens. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de vendas.

### i. **Imobilizado**

#### *i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha conseqüente aumento na despesa de depreciação nos períodos futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

#### *ii. Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do período em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### *iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

## Notas Explicativas

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias anuais ponderadas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estimadas são as seguintes:

	<b>Taxa média</b>
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

### **j. Ativos intangíveis**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

### **i. Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

### **ii. Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Fundo de comércio: Prazo de vigência dos contratos de locação.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

### **k. Arrendamentos mercantis**

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do

## Notas Explicativas

arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

### **l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### **i. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como imobilizado e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como uma unidade geradora de caixa.

### **m. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### **n. Benefícios a empregados**

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

## Notas Explicativas

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **o. Receita operacional**

#### ***i. Venda de mercadorias***

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

#### ***ii. Comissão sobre serviços de correspondente bancário***

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

#### ***iii. Receita de aluguel***

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento referente a cessão de espaço para caixas eletrônicos e antenas de operadoras de telefonia.

### **p. Subvenção governamental**

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### **q. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

### **r. Imposto de renda e contribuição social**

#### ***i. Impostos correntes***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

## Notas Explicativas

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

### ii. **Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### s. **Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários**

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são resgistrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

### t. **Segmentos de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

### u. **Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias aplicável às Companhias Abertas, enquanto para IFRS representam informação suplementar.

### v. **Determinação do ajuste a valor presente**

O item sujeito a ajuste a valor presente refere-se as contas a pagar a fornecedores

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

## Notas Explicativas

### w. Impacto das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2013.

Em relação aos pronunciamentos: IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas, IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos e IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, que foram emitidos e/ ou revisados pelo IASB anteriormente a 2012 e cujas aplicações passaram a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Administração entende que estes não impactam as informações contábeis intermediárias da Companhia.

Quanto aos IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, IFRS 13 Mensuração do Valor Justo e a alteração do IAS 19 Benefícios a Empregados foram refletidos os impactos de suas adoções nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	17.143	23.863
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>126.705</u>	<u>75.070</u>
	<u>143.848</u>	<u>98.933</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras decorrente da emissão de debêntures descrita na Nota Explicativa nº 16, representa R\$ 18.747 em 30 de junho de 2013 (R\$ 33.830 em 31 de dezembro de 2012). O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras para a Companhia.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

## 5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias.

Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 12.283 e R\$ 14.562 em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 28.743 em 30 de junho de 2013 sendo R\$ 28.724 junto a terceiros e R\$ 19 junto a partes relacionadas e R\$ 37.896 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 36.656 junto a terceiros e R\$ 1.240 junto a partes relacionadas.

## Notas Explicativas

### 6 Outros investimentos

	2013	2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>6.901</u>	<u>1.978</u>
Circulante	<u>5.062</u>	<u>200</u>
Não circulante	<u>1.839</u>	<u>1.778</u>

Referem-se à aplicações financeiras, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas entre 99% e 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros classificados no circulante, no valor de R\$ 5.062, refere-se substancialmente a uma aplicação com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB com liquidez diária a partir do 91º dia. O valor foi aplicado em 8 de maio de 2013 atrelado a uma taxa de rendimento de 100,2% do CDI.

Os ativos financeiros classificados como não circulante, no valor de R\$ 1.839, estão atrelados a uma obrigatoriedade de um financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015 e estão atrelados a uma taxa de 99% do CDI.

### 7 Contas a receber de clientes

#### Composição da conta

	2013	2012
Cartões de crédito a receber	216.491	120.076
Convênios a receber	14.145	12.826
Comissões a receber	<u>784</u>	<u>837</u>
	<u>231.420</u>	<u>133.739</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia cujo os detalhes encontram-se divulgados nas Nota Explicativas nºs 15 e 16.

#### Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento dos recebíveis é de aproximadamente entre 15 e 22 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

#### Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber vêm sendo reconhecida. A Administração entende que não há risco de crédito material em sua carteira de clientes, uma vez que nas transações com administradoras de cartões de créditos, o risco de crédito é transferido para tais administradoras.

## Notas Explicativas

### 8 Estoques

Composição da conta	2013	2012
Mercadorias de revenda nas lojas	393.900	354.557
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	240.630	250.477
Materiais para uso e consumo	818	744
	<u>635.348</u>	<u>605.778</u>

#### Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais do período, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa entre 8,94% a.a. e 10,87% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa nº 14). O efeito do AVP foi de R\$ 10.403 em 30 de junho de 2013 (R\$ 9.429 em 31 de dezembro de 2012), apresentado líquido no saldo de estoque.

#### Provisão para obsolescência de estoque

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

### 9 Impostos e contribuições a recuperar

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	283	-	437	-
IRPJ (b)	2.275	-	2.404	-
CSLL (c)	401	-	1.160	-
COFINS (c)	965	4.825	866	4.661
PIS (c)	209	861	198	832
Outros	249	1.044	59	1.014
	<u>4.382</u>	<u>6.730</u>	<u>5.124</u>	<u>6.507</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

### 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis

## Notas Explicativas

futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o período pela Companhia.

<b>Origem dos créditos fiscais diferidos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	12.335	14.414
Diferenças temporárias (c)	1.222	1.341
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	(5.089)	(1.351)
<b>Total</b>	<b>8.468</b>	<b>14.404</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	15.745	22.698
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	(7.277)	(8.294)
<b>Efeito líquido</b>	<b>8.468</b>	<b>14.404</b>

### a. Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	68.182	73.635
Alíquota fiscal combinada [D]	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>23.182</b>	<b>25.036</b>
<b>Adições permanentes: [B]</b>	<b>2.902</b>	<b>1.818</b>
Multas não dedutíveis	39	39
Outras adições permanentes	2.863	1.779
<b>Exclusões permanentes: [C]</b>	<b>32.588</b>	<b>28.841</b>
ICMS sobre operações interestaduais	31.968	28.832
Outras exclusões permanentes	620	9
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do período após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]</b>	<b>13.089</b>	<b>15.848</b>
Alíquota efetiva [E]/[A]	19,20%	21,52%

### b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de Contribuição Social (CSLL) a compensar

As variações verificadas no período findo em 30 de junho de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social.

A movimentação dos saldos existentes em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 pode assim ser demonstrada:

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	18.322	592	18.914
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(3.908)	(592)	(4.500)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	14.414	-	14.414
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(2.079)	-	(2.079)
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>12.335</b>	<b>-</b>	<b>12.335</b>

**Notas Explicativas****c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC**

	Saldo em 01/01/12	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/12	Reconhecidos no resultado	Saldo em 30/06/13
Custo atribuído	(206)	47	(159)	24	(135)
Capitalização dos juros	(681)	(293)	(974)	(487)	(1.461)
Ajuste a valor de mercado	748	(323)	425	(2.351)	(1.926)
Custos com <i>IPO</i>	(725)	(892)	(1.617)	(81)	(1.698)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	(35)	-	-	-
Outras provisões	<u>2.156</u>	<u>159</u>	<u>2.315</u>	<u>(962)</u>	<u>1.353</u>
Total	<u>1.327</u>	<u>(1.337)</u>	<u>(10)</u>	<u>(3.857)</u>	<u>(3.867)</u>

**d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos**

	2013	2012
Custo atribuído	(135)	(159)
Capitalização dos juros	(1.461)	(974)
Provisão para contingências	1.222	1.341
Ajuste a valor presente	131	974
Ajuste a valor de mercado	(1.926)	425
Custos com <i>IPO</i>	(1.698)	(1.617)
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	<u>12.335</u>	<u>14.414</u>
Total líquido	<u>8.468</u>	<u>14.404</u>
Ativo	<u>15.745</u>	<u>22.698</u>
Passivo	<u>(7.277)</u>	<u>(8.294)</u>

**e. Expectativa de realização**

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	
2013	5.121
2014	<u>7.214</u>
	<u>12.335</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período/exercício.

## Notas Explicativas

### 11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício/período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

#### a. Composição da conta

Partes relacionadas	Natureza da operação	2013		2012	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Adiantamento a terceiros</b>					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	275	-	273	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	178	-	178	-
		453	-	451	-
<b>Outros créditos</b>					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (f)	Serviços de corretagem	49	-	49	-
<b>Adiantamentos</b>					
Renda Participações S.A. (b)	Adiantamentos	12.870	-	6.611	-
Dupar Participações S.A. (c)	Adiantamentos	2.816	-	132.691	-
Francisco Deusmar de Queirós (i)	Adiantamentos	-	-	328	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Adiantamentos	2.163	-	4.834	-
		17.849	-	144.464	-
<b>Fornecedores</b>					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (d)	Prestação de serviços gráficos	-	17	-	17
PH Segurança Ltda. (g)	Serviços de segurança	-	-	-	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	-	-	-	5
ePharma PBM do Brasil S.A. (j)	Adiantamentos	-	-	-	12
<b>Arrecadação de recursos de terceiros</b>					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	19	-	1.240
<b>Outras contas a pagar</b>					
Renda Participações S.A. (b)	Aluguéis	-	243	-	333
Dupar Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	3.449	-	2.066
		-	3.692	-	2.399
<b>Juros sobre capital próprio e Dividendos</b>					
Acionistas	JSCP	-	11.300	-	10.967
Acionistas	Dividendos	-	12.757	-	-
<b>Total</b>		<u>18.350</u>	<u>27.785</u>	<u>144.964</u>	<u>14.640</u>
<b>Circulante</b>		502	27.785	500	14.640
<b>Não circulante</b>		17.849	-	144.464	-

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- (b) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, existiam 16 contratos de imóveis (11 lojas) em locação impactando o resultado em R\$ 1.616 durante o período de 2013 (R\$ 1.546 em 2012). O

## Notas Explicativas

saldo de aluguéis a pagar em 30 de junho de 2013 é de R\$ 243 (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2012).

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A, e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa nº 17.

- (c) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Em 30 de junho de 2013 existem 225 contratos de imóveis (200 lojas) de propriedade da Dupar e alugados pela Companhia (locatária). O valor mínimo dos aluguéis dos imóveis é de R\$ 5 atualizado anualmente pelo IGP-M ou 2% do faturamento da respectiva loja, dos dois o maior. O impacto no resultado do primeiro semestre de 2013 foi de R\$ 13.296 (R\$ 9.435 em 2012).

No decorrer de 2013, foi transacionado o montante de R\$ 129.875 (R\$ 26.225 em 2012) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. foram substancialmente liquidadas pela Dupar Participações S.A. no segundo trimestre de 2013, o saldo remanescente será liquidado através da compensação das operações de aluguéis ou por despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa nº 17.

- (d) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 30 de junho de 2013, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 184 (R\$ 4 em 2012), remanescendo um saldo a pagar de R\$ 17 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2012).

- (e) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do período de 2013 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 5 (R\$ 178 em 2012).

- (f) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

Não foram transacionado valores no decorrer do período de 2013 (R\$ 9 em 2012).

- (g) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

Não há saldo em aberto com esta parte relacionada em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012. O valor dos serviços contratados que impactaram o resultado em 2013 foi de R\$ 720 (R\$ 2 em 2012).

- (h) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2013, foi transacionado o montante de R\$ 1.142 (R\$ 426 em 2012).

- (i) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Companhia com 70% de controle do capital societário.

## Notas Explicativas

Em 2013, foi transacionado no ativo o montante líquido de R\$ 328 (R\$ 5.123 em 2012) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia.

- (j) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2013, foi transacionado no resultado o montante de R\$ 528 (R\$ 12 em 2012).

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Giss do Brasil S.A.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Edson de Arruda Câmara Junior ME.;
- Praxis Consultoria Ltda; e
- Ponte & Caminha Consultoria Ltda.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 527, no período findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 527 em 30 de junho de 2012) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo.

A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

O valor de R\$ 6.398 que se refere a parte do pagamento de dividendos adicionais propostos provisionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foi desconsiderado na demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa haja visto que este valor foi compensando com saldo a receber de partes relacionadas.

### b. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos conforme segue:

Parte relacionada	Saldo existente
<b>Francisco Deusmar de Queirós</b>	<b>198.429</b>
Garantidor	103.292
Aval	95.137
<b>Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge</b>	<b>8.118</b>
Aval	8.118
<b>Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge/ Josué Ubiranilson Alves e cônjuge</b>	<b>56.243</b>
Aval	56.243
<b>Dupar Participações S.A.</b>	<b>30.676</b>
Aval	24.458
Garantidora	6.218

## Notas Explicativas

<b>Parte relacionada</b>	<b>Saldo existente</b>
<b>Renda Participações S.A.</b>	<b>6.218</b>
Garantidora	6.218

As partes relacionadas Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A. são garantidoras da Companhia no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente nº 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa nº 15 em virtude da posse dos imóveis listados nesta nota explicativa e alienados no referido contrato de financiamento não pertecerem à Companhia.

## Notas Explicativas

## 12 Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo</b>										
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	9.286	5.622	214.119
Adições	39.869	2.780	10.261	3.387	674	-	7.471	24.527	20.345	109.314
Capitalização de juros (CPC 20)	1.324	-	-	-	-	-	-	-	-	1.324
Transferências	8.562	(16)	654	16	-	-	(631)	(8.585)	-	-
Baixas	-	(5)	(1)	-	(215)	-	(1)	-	-	(222)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	166.478	15.567	28.932	14.770	4.158	13.095	30.340	25.228	25.967	324.535
Adições	13.633	1.201	1.571	1.409	12	-	2.247	33.218	-	53.291
Capitalização de juros (CPC 20)	1.710	-	-	-	-	-	-	-	-	1.710
Transferências	3.692	70	235	462	-	-	-	(4.459)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.857)	(5.857)
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	185.513	16.838	30.738	16.641	4.170	13.095	32.587	53.987	20.110	373.679
<b>Taxas de depreciação</b>	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	-	
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	(63.362)
Depreciação no período	(24.333)	(1.133)	(2.342)	(1.234)	(463)	(873)	(3.270)	-	-	(33.648)
Custo atribuído (CPC 27)	(137)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de juros (CPC 20)	(463)	-	-	-	-	-	-	-	-	(463)
Transferências	5	4	(131)	(4)	-	-	126	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	191	-	-	-	-	191
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	(58.429)	(6.619)	(7.910)	(3.956)	(2.708)	(1.597)	(16.200)	-	-	(97.419)
Depreciação no período	(15.475)	(634)	(1.458)	(707)	(244)	(437)	(1.757)	-	-	(20.712)
Custo atribuído (CPC 27)	(68)	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)
Capitalização de juros (CPC 20)	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	(277)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	(74.249)	(7.253)	(9.368)	(4.663)	(2.952)	(2.034)	(17.957)	-	-	(118.476)
<b>Valor contábil líquido</b>										
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	108.049	8.948	21.022	10.814	1.450	11.498	14.140	25.228	25.967	227.116
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	111.264	9.585	21.370	11.978	1.218	11.061	14.630	53.987	20.110	255.203

## Notas Explicativas

As adições ao imobilizado no período referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Em 30 de junho de 2011, por meio de contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dupar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos. Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

O saldo dos bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

### a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No período findo em 30 de junho de 2013, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 137 (R\$ 218 em 30 de junho de 2012). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

### b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 40 lojas e 1 centro de distribuição em 30 de junho de 2013 (40 lojas e 1 centro de distribuição em 31 de dezembro de 2012). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 53.987 em 30 de junho de 2013 (R\$ 25.228 em 31 de dezembro de 2012). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 1.710 em 2013 (R\$ 404 em 2012). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 8,94% a 10,87% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

### c. Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativo.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para

## Notas Explicativas

redução ao valor recuperável de seus ativos.

### 13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (*) (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2012	<u>4.195</u>	<u>5.552</u>	<u>4.548</u>	<u>36</u>	<u>14.331</u>
Adições	-	<u>2.820</u>	<u>2.596</u>	<u>33</u>	<u>5.449</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>8.372</u>	<u>7.144</u>	<u>69</u>	<u>19.780</u>
Adições	-	100	1.194	-	1.294
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>4.195</u>	<u>8.472</u>	<u>8.338</u>	<u>69</u>	<u>21.074</u>
<b>Amortização</b>					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	<u>(710)</u>	<u>(848)</u>	-	<u>(1.558)</u>
Amortização	-	<u>(816)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.996)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	<u>(1.526)</u>	<u>(2.027)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3.554)</u>
Amortização	-	<u>(490)</u>	<u>(790)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.283)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	-	<u>(2.016)</u>	<u>(2.817)</u>	<u>(4)</u>	<u>(4.837)</u>
<b>Valor contábil líquido</b>					
Em 31 de dezembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>6.846</u>	<u>5.117</u>	<u>68</u>	<u>16.226</u>
Em 30 de junho de 2013	<u>4.195</u>	<u>6.456</u>	<u>5.521</u>	<u>65</u>	<u>16.237</u>

(\*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

#### Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (Key money) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

#### Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, por meio de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

## Notas Explicativas

### Desenvolvimento de *websites*

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

### Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro. Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado. Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

## 14 Fornecedores

### a. Composição da conta

	2013	2012
Fornecedores	434.118	421.407
(-) Crédito por devoluções	<u>(194.850)</u>	<u>(159.785)</u>
	<u>239.268</u>	<u>261.622</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 6.558 em 30 de junho de 2013 (R\$ 5.971 em 31 de dezembro de 2012), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente entre 8,94% a.a. e 10,87% a.a., considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 88 dias, sendo este critério uniforme para o período findo em 30 junho de 2013 e exercício findo de 2012.

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

## Notas Explicativas

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (*WACC – Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia no período findo em 30 de junho de 2013, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia *CAPM - Capital Asset Pricing Model* a qual considera a taxa livre de risco.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

### b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2013	2012
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	198.549	182.207
31 a 60 dias	91.710	82.795
61 a 90 dias	47.741	40.584
Acima de 91 dias	102.511	110.803
Subtotal	<u>440.511</u>	<u>416.389</u>
<b>Títulos contra-apresentação</b>	<u>165</u>	<u>10.989</u>
Total	<u><u>440.676</u></u>	<u><u>427.378</u></u>

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

### c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
<b>Fornecedores</b>				
Maior fornecedor	56.497	13%	36.047	8%
do 2º ao 25º	225.028	51%	246.542	58%
do 26º ao 50º	65.934	15%	61.072	14%
Demais fornecedores	93.217	21%	83.717	20%
Total	<u>440.676</u>	<u>100%</u>	<u>427.378</u>	<u>100%</u>

## 15 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

### a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2013	2012
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2% a.a.	44.409	43.839
Banco do Brasil	Capital de giro	-	4,7% a 8,7% a.a.	3.009	3.352
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	351	644
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a.a.	709	946
Banco do Brasil	Financiamento veículo	-	16,08% a.a.	94	117
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	10% a.a.	6.218	7.915
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	CDI	1,33% a.a.	50.025	-

**Notas Explicativas**

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2013	2012
Santander Real	Comprar	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	7.702	11.182
Santander Real	Capital de giro	CDI	1,65% a 2,4% a.a.	24.874	34.998
Itaú	Capital de giro - <i>swap</i>	USD/CDI	1,75% a 2,3% a.a.	103.292	110.926
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	95.187	85.065
Itaú	Garantida	CDI		4.885	4.876
Bradesco	Capital de giro	CDI	1,55% a.a.	<u>8.270</u>	-
<b>Total de financiamentos e empréstimos</b>				<u>349.025</u>	<u>303.860</u>
Circulante				<u>148.933</u>	<u>101.860</u>
Não circulante				<u>200.092</u>	<u>202.000</u>

Os financiamentos e empréstimos estão apresentados líquidos dos valores de operações com derivativos ativos e passivos, os quais representam R\$ 11.545 de ativo em 30 de junho de 2013 (R\$ 5.991 de ativo e R\$ 1.267 de passivo em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

Com o recursos provenientes da emissão de debêntures pela Companhia (ver Nota Explicativa nº 16), foram liquidados as operações com o Banco do Brasil Nos. 160400996, 160401401, 160400989, 160401249 e 160401032 respectivamente nos montantes de R\$ 95.527, R\$ 19.030, R\$ 5.337, R\$ 7.336 e R\$ 6.341.

**b. Por moeda**

	2013	2012
Em moeda nacional	245.733	192.934
Em moeda estrangeira - Dólar	<u>103.292</u>	<u>110.926</u>
Total	<u>349.025</u>	<u>303.860</u>

**c. Cronograma de desembolso**

	2013	2012
<b>Vencimentos</b>		
2013 (6 meses)	60.457	101.860
2014 (6 meses)	88.476	-
2014	83.461	147.648
2015	94.960	53.471
Acima de 2015	<u>21.671</u>	<u>880</u>
Total	<u>349.025</u>	<u>303.860</u>

Os valores do saldo comparativo em 31 de dezembro de 2012 representam os 12 meses.

**d. Garantias**

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos os imóveis a seguir mencionados de propriedade de suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A.. Esse contrato contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 30 de junho de 2013, o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.839 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo

## Notas Explicativas

circulante, conforme Nota Explicativa nº 6.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 30 de junho de 2013:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dupar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	<u>1.480</u>

**Total de imóveis** 27.504

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas nºs 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dupar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Companhia, sem a cobrança de valores.

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, ainda foram dados outros tipos de garantias para os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, conforme discriminado no quadro abaixo:

Banco/Garantia	Saldo existente
<b>Banco do Brasil</b>	<b>48.477</b>
Alienação fiduciária de bens	4.069
Penhor de direitos creditórios do Visa	44.408
<b>Banco do Nordeste do Brasil</b>	<b>6.218</b>
Alienação fiduciária de Imóveis	6.218
<b>Itaú</b>	<b>64.606</b>
Cessão fiduciária de direitos creditórios	64.606

### e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

## 16 Debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

### a. Composição da conta

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Principal e encargos	89.974	171.076	45.962	214.773

## Notas Explicativas

### b. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	-	-	-
Ingressos	-	260.000	260.000
Custo de captação	(520)	(1.488)	(2.008)
Realização do custo de captação	310	-	310
Encargos	13.940	-	13.940
Amortizações de juros	(11.507)	-	(11.507)
Transferências	<u>43.739</u>	<u>(43.739)</u>	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	45.962	214.773	260.735
Realização do custo de captação	249	-	249
Encargos	2.170	8.288	10.458
Amortizações de juros	(10.392)	-	(10.392)
Transferências	<u>51.985</u>	<u>(51.985)</u>	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<u>89.974</u>	<u>171.076</u>	<u>261.050</u>

### c. Características da 1ª emissão de debêntures

Número da emissão:	1ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debentures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.
Amortização programada da remuneração:	18 de novembro de 2012, 18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.

### d. Garantias

#### *Garantia real*

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a

## Notas Explicativas

totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

### *Garantia fidejussória*

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

#### e. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

## 17 Arrendamentos mercantis

### a. Operacionais

#### *Arrendamentos como arrendatário*

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2013 (6 meses)	43.392
2014	75.590
2015	60.975
2016	42.072
2017	22.962
Após 2017	<u>43.124</u>
	<b>288.115</b>
Terceiros	206.915
Partes relacionadas	<u>81.200</u>
<b>Total</b>	<b>288.115</b>

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía 682 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas e centros de distribuição, contratados junto a terceiros (441 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (225 contratos) e Renda Participações S.A. (16 contratos). Parte destes contratos referem-se à 405 lojas alugadas de terceiros, 200 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 11 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento. E ainda, 2 centros de distribuição alugados da Dupar Participações S.A também em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dupar Participações S.A., para a qual foi considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa nº 11).

## Notas Explicativas

Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado do primeiro semestre de 2013 o montante de R\$ 44.802, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 36.582 no primeiro semestre de 2012).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 1.826 foi reconhecido como despesa de manutenção em 2013, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 1.586 no primeiro semestre de 2012).

## 18 Impostos e contribuições a recolher

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
ICMS	31.418	25.279
IRPJ - Imposto de renda	250	-
CSLL - Contribuição social	133	144
IRRF	974	2.500
ISS	501	410
INSS	6.960	7.486
FGTS	1.913	2.419
Contribuição sindical - Empregados	211	387
Outros impostos contribuições a recolher	<u>351</u>	<u>226</u>
	<u>42.711</u>	<u>38.851</u>

A Companhia atua em diversos estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada estado em que opera.

## 19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No período findo em 30 de junho de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

## Notas Explicativas

### a. Composição da conta

	2013	2012
Administrativas	461	572
Cíveis	1.201	962
Trabalhistas	<u>1.931</u>	<u>2.410</u>
	<u>3.593</u>	<u>3.944</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 13.512 e R\$ 9.056, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### b. Movimentação dos processos no exercício/período

2012	Saldo inicial		Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/12/12
	01/01/12	Adição a provisão				
Administrativas	71	214	(113)	-	400	572
Cíveis	507	687	(417)	-	185	962
Trabalhistas	3.629	2.423	(1.949)	(1.508)	(185)	2.410
Tributárias	<u>445</u>	-	<u>(45)</u>	-	<u>(400)</u>	-
	<u>4.652</u>	<u>3.324</u>	<u>(2.524)</u>	<u>(1.508)</u>	-	<u>3.944</u>
2013	Saldo inicial		Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 30/06/13
	01/01/13	Adição a provisão				
Administrativas	572	24	(135)		-	461
Cíveis	962	455	(216)		-	1.201
Trabalhistas	<u>2.410</u>	<u>1.521</u>	<u>(1.171)</u>	<u>(829)</u>	-	<u>1.931</u>
	<u>3.944</u>	<u>2.000</u>	<u>(1.522)</u>	<u>(829)</u>	-	<u>3.593</u>

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

## Notas Explicativas

Em 18 de junho de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de 2 (duas) para 1 (uma). Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 2 (ações) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social, passando o capital da Companhia ser representado por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda em 18 de junho de 2012, na mesma reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 80.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 220.000.

### b. Reservas de lucros

#### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 2012 e 2011, os montantes de R\$ 5.368 e R\$ 5.455 foram destinados para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo de reserva legal é de R\$ 16.001 e R\$ 10.633.

#### *Reserva de incentivo fiscal*

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 22 - Subvenção governamental.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no período de 2013 foi de R\$ 45 (R\$ 44 em 2012).

### d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

Os dividendos referentes aos exercícios de 2012 e 2011 foram constituídos na forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou nos exercícios de 2012 e 2011 o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2012, foi de R\$ 13.294 (R\$ 8.748 em 2011), os quais ainda encontravam-se a pagar em 30 de junho de 2013 (os juros sobre o capital próprio de 2011 foram pagos durante o exercício de 2012).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

## Notas Explicativas

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) nos exercícios findos em 2012 e 2011, bem como no trimestre findo em 30 de junho de 2013. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	107.364	109.091
(-) Reserva legal	(5.368)	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(58.185)	(79.934)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<u>90</u>	<u>717</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	43.901	24.419
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
<b>Dividendo anual – mínimo obrigatório</b>	<b>10.975</b>	<b>6.105</b>
<b>Juros sobre capital próprio calculado</b>	<b>13.294</b>	<b>8.748</b>
Juros sobre capital próprio – limite do mínimo obrigatório	10.975	6.105
Juros sobre capital próprio – excedente ao mínimo obrigatório	2.319	2.643
Dividendos adicionais propostos	30.607	15.671

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima foi destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08. Esta reserva, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 32.934.

Os dividendos e o juros sobre capital próprio que perfazem os montantes de R\$ 13.294 e R\$ 30.607 os quais foram deliberados pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013 foram pagos ao longo do segundo trimestre.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o exercício de 2012 e para o período findo em 30 de junho de 2013.

## 21 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa nº 20 - Patrimônio líquido, em 18 de junho de 2012 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 2 cada (de 150.000.000 para 300.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os períodos apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Portanto, o lucro por ação referente ao período comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

### Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 30 de junho de 2012, conforme o quadro abaixo:

#### Média ponderada de ações (em milhares de ações)

	<b>2013</b>	<b>Dias</b>
Saldo em 30 de junho de 2013	300.000	180
Média ponderada das ações em 30 de junho de 2013	300.000	180
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro atribuível aos acionistas	55.093	57.787

## Notas Explicativas

Quantidade média ponderada de ações durante o período (lote de mil)	300.000	225.000
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,18	0,26

## 22 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego, aquisição de ativo imobilizado, abertura de novas lojas e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012. A Companhia apurou o montante de R\$ 31.968 de subvenções governamentais no período findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 28.832 no período findo em 30 de junho de 2012). A Administração já está em processo de renovação desta subvenção por igual período, não havendo qualquer perspectiva de que a mesma não seja concedida.

## 23 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2013	2012
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.767.355</b>	<b>1.610.547</b>
Venda de mercadoria	1.764.955	1.603.978
Serviços prestados	2.400	6.569
<b>Deduções</b>	<b>(69.274)</b>	<b>(54.745)</b>
Impostos sobre vendas	(56.418)	(42.363)
Devoluções e abatimentos	<u>(12.856)</u>	<u>(12.382)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>1.698.081</u></b>	<b><u>1.555.802</u></b>

## 24 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2013	2012
<b>Despesas com vendas</b>		
Veiculação, publicidade e produção	(12.837)	(11.078)
Patrocínio, shows, eventos, premiações e Dotz	(2.074)	(2.105)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>(17.635)</u>	<u>(16.345)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>(32.546)</u></b>	<b><u>(29.528)</u></b>

## Notas Explicativas

### Despesas administrativas e gerais

Despesas com pessoal	(205.243)	(188.295)
Despesas com ocupação	(66.467)	(53.197)
Despesas com utilidades e serviços	(20.121)	(18.910)
Impostos, taxas e contribuições	(5.997)	(4.889)
Despesas gerais	<u>(47.520)</u>	<u>(35.454)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>(345.348)</u></b>	<b><u>(300.745)</u></b>

<b>Total</b>	<b><u>(377.894)</u></b>	<b><u>(330.273)</u></b>
--------------	-------------------------	-------------------------

Até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 4.754, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Até 30 de junho de 2013 foi capitalizado R\$ 237 (R\$ 458 até 30 de junho de 2012) .

## 25 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	1.868	1.035
Receitas com operações de <i>swap</i>	12.354	4.980
Variação cambial	4.306	3.011
Juros sobre capital próprio	-	8
Atualização monetária ativa	335	-
Outros juros	<u>12</u>	<u>52</u>
<b>Total de receita financeira</b>	<b><u>18.875</u></b>	<b><u>9.086</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(26.456)	(19.168)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(5.437)	(1.938)
Outros juros	-	(89)
Comissões e despesas bancárias	(566)	(659)
IOF	(1.668)	(2.280)
Ajustes a valores presentes	(17.935)	(18.460)
Variação cambial	(12.018)	(7.780)
Descontos concedidos	<u>(10)</u>	<u>(967)</u>
<b>Total de despesa financeira</b>	<b><u>(64.090)</u></b>	<b><u>(51.341)</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b><u>(45.215)</u></b>	<b><u>(42.255)</u></b>

Os valores de R\$ 24.366 e R\$ 18.587 em 30 de junho de 2013 e 2012, respectivamente, são apresentados na Demonstração do fluxo de caixa e referem-se à juros de Empréstimos e financiamentos e Debêntures, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

## 26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

### Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

## Notas Explicativas

Risco de mercado;

### Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

### Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Companhia possui baixo risco de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui clientes que excedam o limite de 10% de suas receitas, além disso, aproximadamente 35% de suas vendas são efetuadas à vista.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado diariamente por meio de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A Companhia atualmente trabalha com a adquirente, processadora e clearing de meios de pagamento líder no Brasil, cujo *Rating Nacional de Longo Prazo* designado pela Fitch Ratings é AAA, assim, entende que tal risco é baixo, pois a adquirente assume a responsabilidade pelo repasse dos créditos autorizados pelas administradoras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

Quanto aos recebíveis de adiantamento a partes relacionadas, a Companhia entende que possui um baixo risco de crédito em virtude da composição acionária ser idêntica nas Companhias as quais compõem o montante em risco e, tais valores, serão compensados com arrendamentos operacionais de imóveis (para maiores explicações ver Nota Explicativa nº 11).

### Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito foi:

## Notas Explicativas

	2013	2012
Contas a receber de clientes	<u>231.420</u>	<u>133.739</u>
	<u>231.420</u>	<u>133.739</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 por tipo de contraparte foi:

	2013	2012
Cartões de crédito	216.491	120.076
Convênios	14.145	12.826
Comissões	784	837
	<u>231.420</u>	<u>133.739</u>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	134.930	76.949
31 a 60 dias	49.649	24.384
61 a 90 dias	21.951	10.176
Acima de 90 dias	<u>9.961</u>	<u>8.567</u>
<b>Total</b>	<u>216.491</u>	<u>120.076</u>

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 143.848 em 30 junho de 2013 (R\$ 98.933 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, os quais possuem *ratings* classificados pela agência Fitch como AAA.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa por meio de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos os quais refletem valores contratuais dos passivos financeiros nas datas-base findas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, ou seja, representam os valores futuros não descontados associados com as faixas de vencimento destes passivo e são demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 30 de junho de 2013</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	143.848	143.848	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	231.420	231.420	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	440.677	440.677	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	349.025	148.933	83.461	116.605	26
Debêntures (nota 16)	261.050	89.974	40.545	130.531	-

	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	98.933	98.933	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	133.739	133.739	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	427.378	427.378	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	303.860	101.860	147.648	54.325	27
Debêntures (nota 16)	260.735	43.280	86.695	130.490	-

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI + *spread* e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

### Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações cambiais significativas, em função de obrigações denominadas em dólar que resultaram na iniciativa de a Companhia adotar, como ferramenta de gerenciamento de riscos, uso de operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo o *swap* o principal e único tipo de instrumento usado como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio. Portanto, em análise a operações com derivativos, a Companhia fica sujeita ao risco da baixa do dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI. O dólar encerrou o período em 30 de junho de 2013 com a variação negativa de 8,42% em relação à última cotação do exercício de 2012.

Os saldos do efeito do *swap* atrelado ao dólar são demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2013	2012
Ativos em moeda estrangeira (a)	11.545	5.991
Passivos em moeda estrangeira (b)	-	(1.267)
<i>Exposição líquida ao risco de câmbio</i> (a-b)	<u>11.545</u>	<u>4.724</u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar (ponta ativa) e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 30 de junho de 2013, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 2,2156. São eles: (i)

## Notas Explicativas

cenário provável e que é adotado pela Companhia; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma baixa de 25% (na ponta ativa) partindo da cotação do dólar futuro; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar futuro é rebaixada em 50% da utilizada no cenário provável.

### Análise de sensibilidade

Em 30 de junho de 2013:

Abaixo demonstramos a variação da exposição líquida no valor de US\$ 11.545 conforme os cenários demonstrados em tabela.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição dos efeitos do <i>swap</i>	Baixa do US\$	-	(4.255)	(31.600)

Em 31 de dezembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação da exposição líquida no valor de US\$ 4.724 conforme os cenários demonstrados em tabela.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição dos efeitos do <i>swap</i>	Baixa do US\$	-	(18.514)	(46.477)

### Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de junho de 2013 (saldo contábil tendo por base o CDI de 3,43% acumulado seis meses) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção entre jul/13 e abr/18 do CDI considerando o período base de 30 de junho de 2013, de acordo com a curva de juros da BM&F (entre 7,72% a.a. e 11,20% para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

### Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de junho de 2013:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
<b>CDI</b>					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(235.300)	(10.638)	(14.887)	(19.135)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i> )	Alta do CDI	(103.293)	(6.246)	(8.693)	(11.140)
Debênture	Alta do CDI	(261.050)	(17.290)	(23.851)	(30.412)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	131.757	(7.247)	(10.188)	(13.130)

A seguir, demonstramos, comparativamente, os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2012:

## Notas Explicativas

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
<b>CDI</b>					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(179.852)	2.212	(998)	(4.209)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i> )	Alta do CDI	(110.926)	1.364	(616)	(2.596)
Debênture	Alta do CDI	(260.737)	3.207	(1.447)	(6.101)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	75.070	(945)	(2.317)	(3.689)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 351 em 30 de junho de 2013 (R\$ 644 em 31 de dezembro de 2012). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

### Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

### Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Descrição	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	146.401	146.401	98.933	98.933
Arrecadação de recursos de terceiros	14.782	14.782	14.562	14.562
Contas a receber de clientes	231.420	231.420	133.739	133.739
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	(239.269)	(239.269)	(261.622)	(261.622)
Financiamentos e empréstimos	(349.025)	(346.339)	(303.860)	(316.430)
Debêntures	(261.050)	(258.110)	(260.735)	(269.430)
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	6.917	6.917	946	946
Instrumentos financeiros derivativos (perda)/ganho				

### Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (*fair value*)

#### Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

#### Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das

## Notas Explicativas

contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

### *Contas a receber de clientes*

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

### *Fornecedores*

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

### *Financiamentos e empréstimos*

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas informações contábeis intermediárias em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2013 e 2018, apurados na data de apresentação dessas informações contábeis intermediárias.

### *Hierarquia do valor justo*

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

**Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

**Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 30 de junho de 2013:

Descrição	2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	-	131.757	-
Empréstimos e financiamentos	-	(349.025)	-
Debêntures	-	(261.050)	-
Instrumentos financeiros derivativos (perda)/ganho	-	6.917	-

Em 31 de dezembro de 2012:

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	-	75.070	-
Empréstimos e financiamentos	-	(303.860)	-
Debêntures	-	(260.735)	-

## Notas Explicativas

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos (perda)/ganho	-	946	-

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o período findo em 30 de junho de 2013, foram reconhecidos no resultado do período e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data dessas informações contábeis intermediárias (vide Nota Explicativa nº 25). Não houve transferências entre os níveis para os períodos apresentados.

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa nº 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa nº 25).

#### Swap 1 (Citibank)

Tinha por objetivo proteger o risco de câmbio. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebia juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e pagava 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 30 de junho de 2013 e 2012. Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do período. Não houve efeito no período findo em 2013 (R\$ 345 de efeito negativo no período de seis meses findo em 2012).

#### Swap 2 (Santander)

Tinha por objetivo proteger o risco de juros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 30 de junho de 2013. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Não houve efeito no período findo em 2013 (R\$ 23 efeito positivo no período de seis meses findo em 2012).

Em 30 de junho de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência R\$ 30/06/2012	Valorização 2012 R\$		Valor justo
			Posição ativa	Posição passiva	
17/07/2012	Santander	464	466	466	-
10/09/2012	Santander	2.368	2.383	2.382	<u>1</u>
Total					<u>1</u>

#### Swap 3 (Itaú)

Têm por objetivo proteger o risco de câmbio. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 4,15% a.a., 4,15% a.a., 4,84% a.a., 4,20% a.a. e 3,49% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,30% a.a., 2,20% a.a., 2,20% a.a., 1,75% a.a. e 1,80% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. O efeito positivo no período findo em 2013 foi R\$ 6.917 (R\$ 3.365 de efeito positivo no período de seis meses findo em 2012).

#### Operações em aberto Swap 3

Em 30 de junho de 2013, a posição desses contratos é a seguinte:

Valor de referência em 30/06/2013	Valorização em 30/06/2013
-----------------------------------	---------------------------

## Notas Explicativas

		Valor de referência em 30/06/2013		Valorização em 30/06/2013		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco (passiva)	Posição cliente (ativa)	
<b>Data de vencimento</b>	<b>Contrapartes</b>			<b>Em R\$</b>	<b>Em R\$</b>	<b>Em R\$</b>
07/02/2014	Itaú BBA S.A	3.992	6.666	6.908	8.991	2.083
4/03/2014	Itaú BBA S.A	2.002	3.333	3.418	4.487	1.069
20/01/2015	Itaú BBA S.A	9.065	16.000	16.642	20.514	3.872
30/06/2015	Itaú BBA S.A	14.711	30.000	30.490	32.848	2.358
23/11/2015	Itaú BBA S.A	19.130	40.000	40.377	42.540	2.163
<b>Total</b>						<b>11.544</b>

Em 30 de junho de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência em 30/06/2012		Valorização em 30/06/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco (passiva)	Posição cliente (ativa)	
<b>Data de vencimento</b>	<b>Contrapartes</b>			<b>Em R\$</b>	<b>Em R\$</b>	<b>Em R\$</b>
07/02/2014	Itaú BBA S.A	7.984	13.333	13.922	16.406	2.484
24/03/2014	Itaú BBA S.A	4.003	6.666	6.862	8.187	1.325
20/01/2015	Itaú BBA S.A	11.331	20.000	20.996	23.403	2.407
<b>Total</b>						<b>6.216</b>

## 27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 22.125 e R\$ 18.948, respectivamente, para danos materiais. As apólices são formadas apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia.

\* \* \*

## **Notas Explicativas**

**Francisco Deusmar de Queirós**  
Presidente

**Josué Ubiranilson Alves**  
Diretor Vice-presidente

**Carlos Henrique Alves de Queirós**  
Diretor de Expansão e Novos negócios

**Mario Henrique Alves de Queirós**  
Diretor de Planejamento, RI e Financeiro

**Patriciana Maria de Queirós Rodrigues**  
Diretora Comercial

**Edson de Arruda Câmara Júnior**  
Diretor de Operações

**Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes**  
Diretor de Sistemas e Logística

**Marcos Ezequias Cavalcante Costa**  
Contador CRC CE 8408

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Empreendimentos Pague Menos S.A.  
Fortaleza - CE

### Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

5. Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Fortaleza, 14 de agosto de 2013.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de revisão dos auditores independentes, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Fortaleza, 14 de agosto de 2013.